



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte
24 a 28 de maio de 2004

Realização:



Mesa Redonda “Setor Não Governamental”

Maria Aparecida (Cidinha) da Silva

Coordenadora dos Programas de Ação Afirmativa – GELEDÉS/SP

Bom dia pra todos, é um prazer estar aqui em Belo Horizonte, que é a minha cidade; nasci e me criei aqui, e saí para trabalhar e viver em São Paulo há alguns anos, mas é sempre uma alegria grande estar aqui.

Em São Paulo eu trabalho, sou uma das dirigentes de uma organização não-governamental chamada GUELEDÉS. É uma organização que existe há 16 anos e trabalha em várias áreas: direitos humanos, já trabalhou na área de saúde, trabalhou na área de comunicação e trabalha também na área de educação, pela qual sou a responsável. E, dentro desse programa de educação, temos desenvolvido programas de ação afirmativa que visam à promoção do acesso, da permanência e do sucesso de jovens negros em boas universidades brasileiras. Sobre isso é que vou falar mais detidamente hoje. Na verdade, esta nossa fala, de certa forma, adianta o que será discutido em uma das mesas de hoje à tarde, sobre o tema específico da inclusão racial.

Por que é importante que falemos e tenhamos também atitudes propositivas em relação à inclusão racial? Quando falamos da população negra no Brasil, falamos de uma maioria numérica muito importante, de 47% da população brasileira, de acordo com o último censo demográfico, e falamos de uma população que é majoritária, mas, historicamente, não tem tido acesso aos bens, nas diversas áreas produzidas por este país, não tem tido acesso à produção do conhecimento, às universidades, às boas universidades brasileiras; falamos de uma população que tem os piores lugares quando se fala dos indicadores socioeconômicos do País. Esse não é o foco do trabalho da Dra. Zilda, mas, seguramente, ao longo de todos esses anos de trabalho intenso e tão efetivo...

**

Aparte da Dra Zilda Arns Neumann: mais da metade das pessoas que trabalham e que são beneficiadas na Pastoral da Criança são negros, mesmo assim, vamos dizer, nos níveis de coordenação há muitos negros e mulatos... Reflete bem a sociedade brasileira a Pastoral da Criança.

**

Então, felizmente, há esse grande número de pessoas negras na coordenação, no desenvolvimento e implementação do trabalho, mas também é o setor majoritário que é atendido, portanto, que se encontra nas piores condições de sobrevivência no País. Então, é disso que a gente está falando, desse quadro, desse contexto, quando falamos da necessidade de inclusão nos setores de decisão, de produção do conhecimento de todo o País.

Com relação à população universitária, por exemplo, o Brasil tem um número muito pequeno de pessoas que vão para as universidades. É um percentual de cerca de 10% da população brasileira, que já concluiu o ensino médio... Somente 10% dessas pessoas estão na universidade. Entretanto, se observarmos só a população negra, esse percentual baixa para 2%. E, segundo os dados do último Provão, desses 2% de pessoas negras que estão nas universidades, apenas 15,7% concluem os cursos. Então é um percentual muito pequeno de pessoas negras na universidade e ainda menor de pessoas negras que concluem os cursos. Em 1999, o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil foi desagregado por raça, por dois pesquisadores do Rio de Janeiro: pelo Marcelo Paixão, que é professor de Economia na UFRJ, e pela Vânia Santana, uma historiadora que trabalha em ONG's cariocas. E o Brasil ocupava naquele momento, segundo o IDH das Nações Unidas, a septuagésima nona posição. Quando essas informações foram desagregadas por raça, a população branca no Brasil subiu para quadragésima oitava posição. E a população negra desceu para a centésima nona posição.

Isso caracteriza uma coisa que vários economistas têm dito no Brasil há muitos anos, que temos uma caracterização socioeconômica no País que poderia ser chamada de Belíndia. Índices de Bélgica para a população branca e índices de Índia para a população negra. No que tange ao acesso de bens e serviços, aos níveis de escolaridade, níveis de renda, de trabalho e renda, teríamos essa discrepância. Todo esse contexto, além dos 350 anos de escravidão que o Brasil vivenciou, tudo isso produziu o caldo de cultura em que a

população negra se encontra. E toda a ação do movimento negro contemporâneo tem se prestado ao enfrentamento dessa situação por meio das ações afirmativas específicas que as ONG's negras desenvolvem, por meio do diálogo que se faz com os setores governamentais para que políticas públicas sejam implementadas, políticas de combate às desigualdades raciais. No Brasil, mais especificamente, a partir de 2001, o ano de realização da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, que ocorreu em Durban, na África do Sul, a partir desse período, o governo brasileiro, no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, apresentou às Nações Unidas uma carta de propostas relativas àquele tema, o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às formas correlatas de intolerância; o governo brasileiro apresentou uma proposta de cotas para pessoas negras nas universidades, enfrentando esse quadro de que falei anteriormente, baseado em dados produzidos pelo IBGE e pelo IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, que é um instituto do Ministério do Planejamento.

Então, baseado nesses dados da desigualdade, o governo brasileiro pensou que uma das soluções possíveis, principalmente nesse quadro da educação superior no Brasil, seria uma boa alternativa a instituição das cotas. Isso é importante que a gente diga porque, para situar nesse debate a proposta inicial, que embora tenha recebido muitas críticas, foi feita inicialmente pelo governo brasileiro. A partir daí, a imprensa brasileira passou a discutir muito esse tema de maneira majoritariamente contrária à adoção das cotas. E as cotas, estão em alguma coisa, inseridas num contexto mais amplo, que é o contexto das ações afirmativas. O que são as ações afirmativas? Vou me remeter aqui a algo que diz o ministro do STF, Joaquim Barbosa Gomes:

“as ações afirmativas são iniciativas essenciais de promoção da igualdade. Parte-se do reconhecimento da situação de desigualdade que um determinado grupo social vivencia. A partir do reconhecimento dessa situação de desigualdade, são propostas, programas, projetos e políticas – no melhor dos mundos – políticas que podem no curto, médio e longo prazo, de acordo com o tipo de ação ou de política, superar essa situação”.

Isso são as ações afirmativas que vêm sendo desenvolvidas no mundo por diversos grupos. Na ex-União Soviética, por exemplo, há uma reserva de 4% das vagas na Universidade de Moscou para pessoas oriundas da Sibéria. Desde a Constituição de 1929 da Índia, reservam-se vagas na universidade e em outras instâncias para as pessoas que pertencem à casta dos *dhalits*. Na África do Sul, depois do fim do *apartheid*, das eleições

livres de 1994, que levaram ao poder o presidente Nelson Mandela, também vêm sendo estabelecido diversos tipos de ação afirmativa para inclusão da maioria da população negra e ações afirmativas que têm trabalhado com uma perspectiva de metas muito interessante. São programas pensados para 10 anos, para 5 anos, e que têm avaliações no meio do caminho para corrigir os desvios de rota, ver se as metas estão sendo alcançadas; são programas que tem uma formatação muito interessante.

Aqui na América Latina, na Colômbia, há a lei 79, que garante as terras para as comunidades chamadas de *cimarrones*, que correspondem às nossas comunidades remanescentes de quilombos aqui no Brasil. Então, em diversos lugares, existem políticas específicas para as mulheres, para pessoas portadoras de deficiência ou de necessidades especiais, de acordo com quem estiver usando a terminologia; e para indígenas. Aqui no Brasil, desde a década de 80, há uma legislação no estado do Amazonas que garante cotas para indígenas nas universidades. Nunca foi aplicada, mas existe desde a década de 80. Então, são ações, políticas, programas que visam à superação da situação de desigualdade que esses grupos citados vivenciam e a produção de condições de equidade e justiça social. Isso são as ações afirmativas. E as cotas são o aspecto das ações afirmativas, um dos caminhos, uma das formas possíveis de pensar nessa superação.

Talvez seja interessante contextualizar um pouquinho como é que surgem as cotas nesse pacote de ações afirmativas. Conta-se que o presidente Kennedy, dos Estados Unidos, no início da década de 60, num dia, num fim de tarde, estava andando ao redor da Casa Branca e reparou que não tinha funcionários negros. Nenhum funcionário negro. Nem na segurança, nem como motorista, nem no setor de limpeza, naqueles setores que não são hierarquicamente os setores valorizados. Nem nesses setores ele tinha funcionários negros. Ele disse a alguns assessores que alguma coisa deveria ser feita em relação a isso. E ele foi assassinado e no governo seguinte foi encaminhado, talvez como uma homenagem a ele, um pacote de ações ao congresso norte-americano que previa, principalmente, medidas para garantir o acesso da população negra norte-americana ao mercado de trabalho e ao ensino superior. E para aqueles grupos, instituições, administrações de cidade, de governos de estado que não quisessem pensar espontaneamente no estabelecimento de ações, projetos e políticas de superação das desigualdades que o grupo negro enfrentava, para esses definiram-se as cotas

numéricas, como uma forma de pressionar, e cotas numéricas correspondentes à representação populacional do grupo negro na população total. Por exemplo, numa cidade que tivesse 12% de população negra, espera-se que 12% dos professores universitários fossem negros, dos alunos, dos funcionários, para pensar a estrutura da universidade. Porque numa empresa não adianta você ter 12% de negros, mas no setor de produção apenas. É necessário tê-los nos setores médios, nos setores técnicos, nos setores de direção.

Então, isso é o que foi previsto nas cotas e, voltando ao que eu disse lá no princípio, foi o governo brasileiro que primeiro lançou essa proposta e, a partir daí, a imprensa passou a discutir e também as organizações negras encaminharam as suas propostas. No programa de educação GUELEDÉS, sentimos uma alegria e um orgulho muito grande de ter estabelecido o primeiro programa de ação afirmativa no Brasil, que se intitulou como ação afirmativa, trata-se do projeto Geração 21, que vem de 1999, dois anos antes do grande impulso que o debate sobre as ações afirmativas tomou, em 2001. Em 1999, estabelecemos uma parceria com o setor privado, com o Banco de Boston, com a fundação desse banco, e começamos a desenvolver o Geração 21, que era um projeto ambicioso, com a duração de 9 anos. Nesses 9 anos, um grupo de 21 jovens negros era acompanhado desde 8ª série, que foi quando eles entraram no projeto, até a conclusão da universidade. Hoje, temos 20 desses jovens na universidade, só uma das garotas, por uma série de questões da vida pessoal, que se tornou muito acidentada, não conseguiu ainda entrar na universidade.

Mas temos 20 desses jovens na universidade fazendo cursos que, para nós, são muito caros. São caros no sentido de que se rompeu com a destinação comum e corriqueira de cursos para as pessoas negras, aqueles cursos oferecidos à noite, via de regra, cursos da área de humanas que são oferecidos à noite, que possibilitam as pessoas trabalharem de dia. Quando as pessoas, essas pessoas desse nosso programa, tiveram condição de estudar, foram estimuladas para outras áreas também como as áreas de exatas e biomédicas. Temos uma representação dos cursos de exatas nesse grupo, que é muito significativa. Temos muito orgulho de dizer que uma das garotas, que faz hoje o curso de Matemática na PUC de São Paulo, e outra que faz Arquitetura, chegaram ao programa com dificuldades para dividir e multiplicar. Elas não dominavam as quatro operações básicas. E, depois de quatro anos de trabalho, elas se capacitaram para conseguir a

aprovação em vestibulares altamente competitivos. Essa que passou em Matemática foi aprovada em nono lugar no curso de Matemática da PUC de São Paulo. E temos outros resultados muito significativos também.

O principal objetivo do Geração 21, mais do que apenas o acompanhamento e o oferecimento de condições para que esse grupo de jovens fosse o que quisesse ser na vida, era inspirar iniciativas similares em outras empresas. E, com grande alegria, começamos em 2001 o desenvolvimento de outro projeto inspirado no Geração 21, que se chama “Próxima Parada: Universidade”, que é uma parceria com a empresa Colgate/Palmolive; mais recentemente, desenvolvemos outro projeto que se chama “Afro Ascendentes”, que é uma parceria com a Xerox do Brasil. Esse último programa nos deu a maior de todas as alegrias enquanto resultado direto do programa, porque nós trabalhamos durante seis meses com um grupo de 20 jovens e, após esse tempo, 20 conseguiram aprovação em universidades importantes da cidade de São Paulo, públicas inclusive; temos dois jovens na UNESP, doze jovens na PUC e em mais duas universidades, a Metodista e outra universidade que é local, só na cidade de São Paulo, sem outras unidades no Brasil. Tivemos jovens aprovados em quatro cursos, em três cursos e em dois cursos em universidades diferentes. Eles puderam escolher, pesar: essa universidade tem esse aspecto que é mais interessante no meu curso, essa universidade é mais próxima da minha casa, não vou perder tanto tempo no deslocamento.

Procuramos ouvir as famílias também, porque não é nosso interesse produzir pessoas negras, promover as condições para que as pessoas negras façam o que quiserem, em relação à capacitação profissional, à formação educacional, e que isso seja descolado da família. No Geração 21 temos um programa de geração de renda com as mães e de capacitação educacional com elas. Temos mães fazendo supletivo do ensino fundamental, supletivo do ensino médio, fazendo cursinho pré-vestibular porque, em nossa perspectiva, o investimento na família e nas mães, principalmente, que são as grandes lideranças das famílias, possibilita, do recurso que sobra, do não - investimento nesse filho que está no programa, que elas possam investir nos outros filhos. E observamos, com muita satisfação, o quanto várias mães passam a procurar escolas melhores para os filhos mais novos que não estão nos programas.

Na verdade estamos sempre fazendo profissões de fé naquilo em que acreditamos, que são as alternativas viáveis. Quero, rapidamente, tocar em dois pontos diretamente relacionados com essa proposta de uma sociedade inclusiva e que têm sido levantados e utilizados contra a adoção das ações afirmativas no Brasil, principalmente das ações afirmativas em educação. O primeiro relaciona-se a um dos argumentos levantados, o de que no Brasil, dada a grande miscigenação racial, não saberíamos quem é negro. Então, como fazer ações afirmativas para pessoas negras, se é tão difícil saber quem é negro? O segundo aspecto respeita especificamente às universidades, é o de que as cotas violentariam o princípio do mérito, que o vestibular supostamente garante, legítimo.

Com relação ao primeiro aspecto, observa-se o quanto os meios de comunicação sabem quem é negro; a polícia sabe quem é negro, por que nós, que estamos querendo um mundo melhor e mais inclusivo, não sabemos quem é negro? Ou por que teremos dificuldade de saber? Na verdade, o racismo tem produzido no Brasil privilégios para quem não é negro, independentemente dessa pessoa ser racista ou não. Só o fato de poder andar nas ruas com mais tranquilidade, saber que você não vai ser abordado pela polícia de maneira arbitrária, isso impacta naquele dado final da expectativa de vida de brancos e negros, que é tão diferente. O nível de estresse a que as pessoas negras estão submetidas pelo racismo, pela discriminação racial tão naturalizada na cultura brasileira, não encaramos como sendo prática de racismo porque temos no Brasil uma facilidade de convivência, o que não significa necessariamente que as pessoas estejam sendo respeitadas e que vivam em condição de igualdade. E, se não sabemos mesmo, vamos considerar que não sabemos, temos que inventar as formas de saber.

O sistema de classificação racial no Brasil é muito complexo. Não é uma coisa simples e, talvez, sectária dos Estados Unidos, por exemplo, mas se o sistema de classificação racial é complexo, precisamos criar também formas complexas de alcançar aqueles sujeitos que têm sido discriminados no Brasil, racialmente, e propor alternativas para que isso não ocorra mais, pelo menos para corrigir os resultados disso. Com relação ao segundo aspecto, o aspecto do mérito que supostamente o vestibular garante, podemos inverter um pouco a pergunta clássica, a afirmação clássica de que o vestibular afere o mérito educacional, os conhecimentos acumulados e processados pelos candidatos; podemos perguntar o seguinte: quem é que tem mais mérito, uma pessoa que estudou numa escola pública, de qualidade ruim, que ficou anos sem estudar, que tentou vários

vestibulares, que tem uma formação precária, enfim, e conseguiu ser aprovado no vestibular da PUC, por exemplo, uma universidade de qualidade, com um vestibular muito competitivo... Quem tem mais mérito? Essa pessoa ou aquela que teve uma formação excelente durante toda a vida, que recebeu instrumentos para acessar e decodificar o legado cultural da humanidade? Alguém que não teve a condição e, que, a despeito disso, conseguiu, ou alguém que obteve as condições a vida inteira para conseguir.

Então, ao invés de simplesmente discutir o mérito por si só, é necessário que discutamos o que afinal cria o mérito, quais as condições criadas para definir que uma coisa tenha mais mérito do que outra. Quem mora numa comunidade pobre, numa comunidade de favela, desenvolve um instrumental de vida e de sobrevivência que alguém que sempre teve tudo nas mãos desconhece. Entretanto, a universidade não valoriza isso. Não valoriza esse saber. Ela diz que o mérito é de quem tem um outro tipo de competência. Então é esse tipo de coisa que precisamos desconstruir para, de fato, incluir não só no discurso, não só na fala, mas para haver no cotidiano uma prática, uma vivência que seja de fato inclusiva.

Muito obrigada pela atenção.